

Será pequena a queda das receitas paulistas

por Célia de Gouvêa Franco
de São Paulo

Os efeitos da "Operação Desmonte" — em que a União vai transferir para estados e municípios atribuições que até agora lhe cabiam, como contrapartida à redivisão do bolo tributário adotado pela Constituinte — serão pequenos para o Estado de São Paulo. O governo paulista ainda não calculou exatamente quanto perderá com a redução de repasses para financiar determinados projetos, mas segundo fontes do Palácio dos Bandeirantes o volume não será expressivo.

Essa situação é facilmente explicável: como os outros estados mais desenvolvidos, São Paulo conta com um repasse de recursos federais relativamente reduzido. Em comparação com a receita tributária própria (proveniente basicamente do Imposto sobre Circulação de Mercadorias), os valores repassados pela União para fundos

e programas especiais — como o pagamento do salário-educação — são pouco significativos. Neste ano, calcula-se que representarão cerca de 5% da receita total do estado.

As atribuições que poderão ser repassadas para o governo paulista não deverão representar um aumento substancial de custos para o estado. O que se considera provável que ocorra é que o estado passe a ter de administrar e bancar os custos da Faculdade São Carlos (que é federal) e das três rodovias federais que cruzam São Paulo — Dutra, Régis Bittencourt e Fernão Dias.

Em contrapartida, o estado deverá ter um aumento importante na sua receita como resultados da reforma tributária. Estima-se que apenas com a redistribuição do ICM o estado vai receber mais 10% no próximo ano do que arrecada em 1988 com esse imposto. O que significaria algo como US\$ 400 milhões a mais no próximo ano.